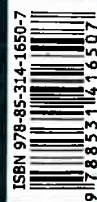


Longe de limitar-se ao simples enunciado e breve resumo de autores e de obras, esta história da historiografia busca propor novas e audazes *periodizações* das curvas particulares de cada historiografia, ao passo que realiza a tarefa de estabelecer *classificações abrangentes*, que podem nos explicar de forma adequada e convincente as filiações intelectuais dos diversos autores em determinada tendência ou corrente, e as raízes internas e externas de suas diferentes obras, além dos processos de intercâmbio, aclimação ou transferência cultural de perspectivas e horizontes que causam impacto nessas mesmas filiações diversas.



ISBN 978-85-314-1650-7

Carlos Antonio Aguirre Rojas

A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX

História e Historiadores entre
1848 e... 2025?

A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX Carlos Antonio Aguirre Rojas

edusp

edusp

A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX

História e Historiadores entre
1848 e... 2025?

Carlos Antonio Aguirre Rojas

Tradução

Fernando Correa Prado



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
Vice-reitor

Marco Antonio Zago
Vahan Agopyan



EDITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretora-presidente

Valeria De Marco

COMISSÃO EDITORIAL

Rubens Ricupero

Carlos Alberto Barbosa Dantas

Carlos Alberto Ferreira Martins

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Mayana Zatz

Tânia Tomé Martins de Castro

Valeria De Marco

Editora-assistente
Chefe Téc. Div. Editorial

Carla Fernanda Fontana
Cristiane Silvestrin



Copyright © 2017 Carlos Antonio Aguirre Rojas

Título do original em espanhol:

La Historiografía en el Siglo Veinte: Historia e Historiadores entre 1848 y ¿2025?

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Adaptada conforme normas da Edusp.

Aguirre Rojas, Carlos Antonio.

A Historiografía no Século xx: História e Historiadores entre 1848 e... 2025? / Carlos Antonio Aguirre Rojas; tradução Fernando Correa Prado. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
240 p.; 14,5 x 23 cm.

Título original: *La Historiografía en el Siglo Veinte: Historia e Historiadores entre 1848 y ¿2025?*, c. 2004.

Inclui bibliografía.

ISBN 978-85-314-1650-7

1. Historiografía – Século 20. I. Prado, Fernando Correa. II. Título. III. Título: História e Historiadores entre 1848 e... 2025?

CDD-907.2

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2017

Foi feito o depósito legal

[...] velha sob a forma embrionária da narrativa, de há muito apinhada de ficções, há mais tempo ainda colada aos acontecimentos mais imediatamente apreensíveis, ela permanece, como entendimento racional de análise, jovem. Tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois das sedução da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e dados em senso comum. Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos.

Marc Bloch, *Apologia da História ou Ofício de Historiador*, 1941-1943.

Introdução

ABORDAR O COMPLEXO TEMA DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA do século xx, vista como uma unidade global e analisada de um ponto de vista genuinamente *crítico*, implica assumir com plena consciência tanto os importantes desafios que essa tarefa apresenta, quanto os necessários limites aos quais tal abordagem crítica deverá estar submetida. Pois, ao tentar analisar de forma *totalizante* e abarcadora o percurso completo dessa historiografia do século xx, é necessário partir do ponto definido por Fernand Braudel há mais de meio século como a perspectiva da *longa duração histórica*.

Em outras palavras, para conhecer realmente os *itinerários essenciais* da curva geral traçada pelos estudos históricos do século xx, devemos examiná-los de uma maneira vasta e ampla, que seja capaz de definir, em primeiro lugar, o que essa historiografia representou em relação à curva mais geral da própria história da disciplina histórica e, inclusive, do campo do saber ocupado pelas *mais diversas formas de conhecimento* que, ao longo de séculos e milênios, foram designados com esse mesmo termo de "história". Em consequência, é preciso partir de um olhar que possa nos explicar o salto específico e a modalidade singular representada pela

historiografia mais contemporânea quando comparada às formas anteriores do exercício da prática histórica.

Ao contrário da ideia simplista presente em diversos manuais, o que hoje entendemos por história é algo muito diferente do que Heródoto, Tucídides, Santo Agostinho ou mesmo Vico compreendiam sobre esse mesmo termo. De fato, transformaram-se de modo radical tanto o estatuto de nossa disciplina no universo global dos saberes humanos atuais – ou a própria definição do objeto geral de estudo de nossa ciência –, quanto os modelos globais de compreensão, as teorias, os conceitos, os métodos, os paradigmas e, inclusive, as técnicas e ferramentas elementares de nosso ofício. O que nos leva, portanto, à explicação do papel particular que esta mesma historiografia do século xx teve e tem dentro da chamada história global desse saber humano batizado, desde tempos distantes, com o nome de “história”.

Se estudamos a história da historiografia do “século xx”, temos também que começar por assumir claramente que tal século xx não coincide com o simples e elementar século xx cronológico, que vai de 1901 ao ano 2000, mas se refere ao verdadeiro século xx *histórico*, ou seja, ao século cuja temporalidade específica é definida a partir dos processos essenciais que em seu seio se manifestaram, como o são todos os séculos dos historiadores. Para o caso particular desta história da historiografia, tais processos nos revelam claramente uma temporalidade que começa aproximadamente em 1848 – com o nascimento do projeto crítico do marxismo original e com os profundos efeitos revolucionários que este projeto implicou para todo o universo dos estudos históricos daquela época – e termina numa data que ainda não ocorreu, já que o conjunto de linhas evolutivas e de processos essenciais iniciados com a virada radical provocada pelo marxismo dentro da historiografia segue produzindo, nos dias atuais, seus diferentes efeitos e expressões de vigência fundamentais.

Abarcando assim um lapso temporal que agora cobre já mais de 150 anos, essa historiografia do século xx que pretendemos investigar talvez se conclua até o ano 2025 ou mesmo 2050, constituindo-

se como um evidente *longo século xx historiográfico*, cujas estruturas e perfis essenciais definem a paisagem geral da historiografia mundial mais atual – razão adicional pela qual resulta importante realizar este esforço de reconstrução desta história geral da historiografia do referido longo século xx historiográfico.

Isso nos introduz diretamente nesse campo fundamental dos estudos históricos que é a *história da historiografia*. Um campo que ao redor do mundo é cultivado de forma muito desigual e com diferentes resultados. Enquanto países como Itália contam com uma longa tradição de trabalhos e de reflexões importantes em torno deste campo de estudos, em outros países a chamada história da historiografia, quando presente, ocupa um espaço secundário ou marginal, ao mesmo tempo que em algumas nações é simplesmente ignorada a existência desta área da história e em outras foram desenvolvidas versões limitadamente descritivas e apenas monográficas deste ramo dos estudos históricos atuais. Nesse sentido, não é estranho encontrar no México, na Espanha, na América Latina ou na França trabalhos que pretendem inserir-se dentro do ramo da história da historiografia, mas que na verdade *não passam de simples enumerações puramente descritivas* de autores, trabalhos, artigos ou de supostas correntes, grupos ou tendências historiográficas, limitando-se a apresentar alguns escassos dados biográficos do autor supostamente estudado ou mesmo algumas datas de edição de um livro ou de um ensaio importante, ou uma suposta lista dos “representantes” ou membros de alguma corrente ou tendência historiográfica, sem reconstruir, no entanto, de maneira criativa e inteligente, os múltiplos contextos específicos, sociais, culturais, políticos, econômicos e gerais que demarcam a produção das obras ou ensaios estudados, assim como os diversos caminhos intelectuais de seus respectivos autores.

Além disso, neste ramo dos estudos históricos que é a história da historiografia desenvolveu-se amplamente uma versão *positivista* da mesma, que, por temor de interpretar com audácia seu próprio objeto de estudo, limita-se apenas a inventariar e a descrever tal objeto de maneira monográfica e empobrecida; oferece assim

apenas uma recontagem entediante de autores, obras ou tendências que, além de não agregar absolutamente nada ao nosso prévio conhecimento desse fundamental acervo da historiografia que nos antecedeu, frequentemente banaliza a caracterização dos diferentes autores e de suas obras mais importantes, ao reduzi-los a etiquetas desgastadas e pouco explicativas e a classificações simplistas e esquemáticas dos complexos percursos historiográficos recorridos pelas diversas historiografias nacionais ao redor do mundo.

Muito distante dessa versão positivista, este livro parte de uma concepção mais complexa e elaborada sobre o que deve ser a história da historiografia, agregando não apenas sua necessária dimensão crítica, mas também as diversas contribuições que a própria historiografia do século xx desenvolveu em relação ao modo de estudar e interpretar qualquer livro ou obra impressa, junto à sofisticação e à teorização acerca do gênero da biografia em geral e da biografia intelectual em particular, bem como a partir das contribuições da história literária que tratam, por exemplo, da própria noção de “autor”. Da mesma forma, a partir dos avanços da linguística no que diz respeito aos diferentes níveis de mensagem contidos em cada estrato ou elemento da fala, ou da história cultural acerca da relação entre as culturas hegemônicas e as culturas subalternas, ou da filosofia em relação às “epistemes” subjacentes à produção cultural de toda uma época, ou da sociologia dos grupos e das redes de sociabilidade intelectual, ou da história das ciências e dos saberes em geral, com sua ênfase nos problemas da transmissão intelectual e da geração dos novos paradigmas, desde o próprio seio das tradições contra as quais se dirigem ou subvertem, para mencionar apenas alguns possíveis exemplos do vasto universo de coordenadas que determinam e definem esta empreitada dos estudos atuais sobre a história da historiografia. Em outros termos, é uma história da historiografia que busca utilizar as ferramentas intelectuais que o século xx proporcionou, não somente na história como também em todas as ciências sociais em geral.

Essa concepção da história da historiografia poderia muito bem partir da definição dada há quase cem anos por Benedetto Croce ao

afirmar que a história da historiografia era precisamente a *análise crítica da evolução do pensamento histórico*, ou seja, o estudo abrangente da maneira como foram se transformando as concepções, os horizontes, as perspectivas, os métodos e também os resultados historiográficos dos próprios historiadores. Definição acertada, embora parcial, à qual agora podemos acrescentar que a investigação destas mudanças e permanências sofridas pelo pensamento e obra dos seguidores da musa Clio deveria também ser acompanhada por um estudo minucioso que localize tais obras e contribuições dos historiadores em seus diferentes e respectivos contextos historiográficos, intelectuais, sociais, políticos e gerais, com o objetivo de estabelecer *periodizações* referenciais da curva da historiografia que se estuda e, ao mesmo tempo, determinar uma *classificação* abrangente que estabeleça de modo claro e coerente as diversas tendências, escolas e correntes dessa historiografia, assim como aqueles autores originais e inclassificáveis que compõem o universo historiográfico examinado. E que também seja capaz de reconstruir, cuidadosa e pacientemente, as principais linhas de encontro, as filiações, as influências, os empréstimos e as redes de circulação e de funcionamento que caracterizam e determinam as diversas dinâmicas dos sucessivos percursos da historiografia analisada.

Longe de limitar-se ao simples enunciado e breve resumo de autores e de obras, esta história da historiografia diferente busca propor novas e audazes *periodizações* das curvas particulares de cada historiografia, ao passo que realiza a tarefa de estabelecer *classificações abrangentes*, que podem nos explicar de forma adequada e convincente as filiações intelectuais dos diversos autores em uma determinada tendência ou corrente, junto às raízes internas e externas de suas diferentes obras, além dos processos de intercâmbio, aclimatação ou transferência cultural de perspectivas e horizontes que causam impacto nessas mesmas filiações diversas.

Tratando então de explicar, como proposto por Walter Benjamin, a época através da obra e do indivíduo autor desta obra, mas também tal indivíduo e sua obra como expressão complexa de sua época, esta perspectiva sobre o que deve ser a verdadeira história

crítica da historiografia trata de reconstruir as sucessivas conjunturas intelectuais que atravessam a biografia de cada historiador ou autor, bem como o destino da recepção cultural de cada obra ao longo do tempo, que naturalmente mudam de sentido, e às vezes radicalmente, a partir de um giro importante que nos leva de uma conjuntura intelectual determinada a outra subsequente. E é por isso que obras que puderam passar inadvertidas em certo momento ou clima cultural vêm a ter um impacto profundo vinte, trinta ou cem anos depois, como, por exemplo, os trabalhos escritos por Karl Marx quando jovem, ou também o belo livro de Norbert Elias sobre *O Processo Civilizador*.

Uma história, portanto, capaz não só de situar de maneira criativa e sistemática estas obras, autores e correntes ou tendências de historiadores dentro dos múltiplos e complexos contextos em que elas se apresentam, mas que também possa estabelecer, com cuidado e precisão, os vínculos sutis de mediação que conectam estes vários elementos. E que também possa identificar e discernir aqueles autores inclassificáveis ou excepcionais desta historiografia, como, por exemplo, Michel Foucault. Autores que, por terem recebido uma variada gama de influências e de impactos culturais específicos, são impossíveis de enquadrar dentro de “escolas” ou correntes mais gerais do pensamento historiográfico de seu tempo; autores que, ao se separarem dos paradigmas dominantes ou das grandes linhas de força da evolução cultural do momento em que viveram e escreveram, converteram-se assim nos verdadeiros fundadores de um novo sistema de pensamento e de uma cosmovisão que, sendo em princípio totalmente pessoais, por vezes podem posteriormente transformar-se em um horizonte ou perspectiva mais social e coletiva.

Isto indica o amplo caminho por percorrer dentro dessa trilha particular da construção de uma história realmente crítica da historiografia, de uma história que seja tal reconstrução crítica, abrangente e classificatória dos vários e complexos itinerários seguidos pelos estudos históricos ao redor do mundo, seja na China, França, México, Espanha ou Argentina, para mencionar alguns possíveis exemplos. Uma renovada história da historiografia, nem positivis-

ta nem puramente enunciativa e monográfica, capaz de elaborar os diversos modelos explicativos requeridos pela abordagem deste complexo campo de investigação constituído pela historiografia das distintas partes do mundo nos diferentes períodos a considerar.

Uma nova e diferente historiografia dos itinerários do pensamento dos historiadores e de suas principais obras durante o longo século xx historiográfico ainda em curso que, delimitada pela perspectiva braudeliana da longa duração histórica e sustentada em todas contribuições mencionadas para os avanços das ciências sociais nos últimos 150 anos, pretende propor um diagnóstico realmente crítico das contribuições produzidas nas últimas quinze décadas por aqueles que, no esforço de entender o presente para poder participar da construção de um futuro melhor e diferente, decidiram acudir também ao estudo do passado, autodenominando-se precisamente com o nobre termo de *historiadores*.

constituíram precisamente o marco geral dentro do qual se desdobram os diversos percursos essenciais da curva geral da historiografia do século xx histórico, curva cujas etapas principais vale a pena revisar agora mais detidamente.

A Periodização do Itinerário da Historiografia Contemporânea no “Longo Século xx Historiográfico”: 1848... 2025?

O rio das eras corre sem interrupção. Nisso também, todavia, é preciso que nossa análise pratique recortes. [...] Como fixar, ao longo do tempo, as balizas da história?

Marc Bloch, *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, 1941-1943.

SE TEMOS A INTENÇÃO DE REVELAR E EXPLICAR OS TRAÇOS fundamentais que caracterizaram a produção historiográfica do século xx a partir de uma perspectiva de longa duração, devemos considerar, como propõe Fernand Braudel¹, as grandes curvas evolutivas, as grandes linhas que desenharam o conjunto dos progressos concretizados pelos estudos históricos durante este vigésimo centário não cronológico e sim estritamente *histórico*. Tal explicação nos leva também a centrar nossa atenção nas grandes transformações, nas modificações verdadeiramente profundas que foram redefinindo de forma radical a tarefa da historiografia no século xx histórico.

Para introduzir este problema, é pertinente questionar o que se passou com a historiografia mundial nos últimos 150 anos. E se o

1. Sobre esta perspectiva braudeliana da longa duração histórica, ver Fernand Braudel, “Historia y Ciencias Sociales. La Larga Duración”, 1991. Também se pode consultar nossos ensaios e livros: Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Die ‘longue durée’ in Spiegel”, 1996; “A Longa Duração: In Illo Tempore et Nunc”, 1996; e o livro *Fernand Braudel y las Ciencias Humanas*, 1996, cap. 2 (existe uma edição alemã desta mesma obra, com bibliografia atualizada, intitulada *Fernand Braudel und die Modernen Sozialwissenschaften*, 1999).

lapso temporal considerado é este e não de cem, é porque assumimos, como já mencionamos antes, a validade da perspectiva da historiografia francesa, que afirma que os séculos *históricos* não coincidem *nunca* com os simples séculos *cronológicos*². Assim, em nossa opinião, a historiografia atual não parece ter começado a definir seus perfis em 1968, nem em 1945; tampouco em 1900. Quando observamos com atenção este complexo percurso constituído pelas raízes mais profundas do atual panorama vigente dos estudos históricos mundiais, aparece um conjunto de curvas que nos leva a afirmar que esta historiografia mais contemporânea começou na verdade a definir seus traços fundamentais justamente naquela conjuntura crítica privilegiada da história europeia que é a conjuntura de 1848 a 1870.

Não se trata, evidentemente, de datas inocentes, já que 1848 tem sido a data simbólica representativa da importante época das grandes revoluções europeias, enquanto 1870 é a data fundamental da experiência da Comuna de Paris. Ou seja, no início, uma data que também representa simbolicamente o momento em que o projeto da modernidade burguesa capitalista alcança seu clímax no território da “pequena Europa”, e no final essa data de 1870 que traz em si tantas mudanças essenciais, econômicas, geopolíticas, nacionais, culturais e, portanto, também historiográficas, dentro do papel específico que cumprem cada uma das nações europeias no concerto global desta mesma Europa.

2. Apenas alguns exemplos desta postura dos historiadores franceses: Fernand Braudel fala de um “longo século XVI”, que iria de 1450 a 1650, em vários de seus textos, por exemplo, em seu ensaio “European Expansion and Capitalism. 1450-1650”, em *Chapters in Western Civilization*, 1961, enquanto Emmanuel Le Roy Ladurie fala de um “longo século XIII” em seu livro *Montaillou, Aldea Occitana de 1294 a 1324*, 1988. Nesta mesma perspectiva, os autores modernos discutem sobre a possível existência de um “breve século XX”, como no caso de Eric Hobsbawm, ou de um “longo século XX”, como na postura de Immanuel Wallerstein. Sobre este debate, ver nosso ensaio, Calos Antonio Aguirre Rojas, “Balance Crítico del Siglo Veinte Histórico: Breve, Largo o muy Largo Siglo XX?”, 2003.

De modo que, se nos perguntamos mais precisamente quando começou a constituir-se o que hoje poderíamos qualificar, com todo o rigor, como a *historiografia contemporânea*, a resposta mais pertinente seria a partir daquele ano crucial de 1848. Pois, como já afirmamos, é a partir dele que os elementos ainda *hoje vigentes na paisagem historiográfica* começaram a se definir³. Então, observando com mais detalhe a historiografia destes últimos 150 anos, de 1848 até o presente, poderíamos reconhecer, na linha traçada por seu itinerário global, quatro grandes momentos ou etapas, que em conjunto parecem estar claramente associados aos diversos elementos que hoje compõem o complexo mapa das peças constitutivas essenciais do que agora são os estudos históricos mundiais contemporâneos.

Quatro etapas diferenciadas pelas quais a historiografia contemporânea teria passado ao longo de seu complexo percurso recente e que nos dariam, vistas em conjunto, a totalidade das “heranças” e das tradições presentes nas formas de exercer o ofício de historiador, encontradas atualmente nos diferentes âmbitos das historiografias nacionais em todo o planeta. Em outras palavras, etapas que nos permitem visualizar o conjunto de perspectivas, autores, correntes e temas centrais que ainda hoje habitam os diferentes

3. Existem até o momento pouquíssimos estudos de conjunto sobre o que vem sendo esta complexa e muito interessante curva de evolução da historiografia do século XX, apesar da enorme relevância do tema. Sobre esta historiografia, ver Georg G. Iggers, *New Directions in European Historiography* (versão revisada), 1984; e *Historiography in the Twentieth Century*, 1997; Francisco Vázquez García, *Estudios de Teoría y Metodología del Saber Histórico*, 1989; Josef Fontana, *Historia. Análisis del Pasado y Proyecto Social*, 1982; Jurandir Malerba (coord.), *A Velha História*, 1996; Guy Bordé & Hervé Martin, *Les écoles historiques*, 1997; Elizabeth Fonesca, *Historia. Teoría y Métodos*, 1989; Elena Hernández Sandoica, *Los Caminos de la Historia*, 1995; Vários autores, *La Historia y el Oficio del Historiador*, 1996; e Carlos Antonio Aguirre Rojas, *La Escuela de los Annales. Ayer, Hoy, Mañana*, 1999 (há uma edição francesa, com bibliografia atualizada, intitulada *L'Histoire conquérante. Un regard sur l'historiographie française*, 2000); *Itinerarios de la Historiografía del Siglo XX*, 1999; e *Antimanual del Mal Historiador*, 2003.

espaços que a disciplina da história ocupa nas historiografias de todo o mundo.

Desta forma, e recorrendo com “botas de sete léguas” esse itinerário da historiografia contemporânea, torna-se claro que este trajeto começou com uma conjuntura ou momento de ruptura *fundacional*, que vai de 1848 a 1870 e que, por ser uma etapa muito importante da própria história da Europa, deu nascimento ao primeiro esboço ou tentativa sistemática e orgânica de fundar, através do projeto crítico do *marxismo original*, uma *verdadeira ciência da história*. Esta primeira etapa ou ciclo da historiografia contemporânea foi seguida por um segundo momento que vai de 1870 a 1929 aproximadamente, em que houve a constituição de uma *primeira hegemonia historiográfica*, cujo centro de irradiação fundamental será o espaço de língua germânica da Europa ocidental, chegando a funcionar como um “modelo” geral para o conjunto das restantes historiografias da Europa e do mundo daqueles tempos.

Com a crise terrível desatada na cultura germânica pela trágica ascensão do nazismo, este segundo ciclo ou momento da historiografia recente se finalizará, dando lugar a uma terceira etapa, caracterizada pela emergência de uma *segunda hegemonia historiográfica*, agora centrada, em termos gerais, no espaço do hexágono francês. Uma segunda hegemonia ou segundo modelo geral historiográfico que serviu de inspiração e se tornou referência obrigatória em todos os âmbitos historiográficos daquela época, cujo fim, por sua vez, deu-se com a profunda *revolução cultural* de alcance planetário e de consequências civilizatórias maiores que foi a revolução de 1968.

Finalmente, e coroadando todo esse complexo trajeto dos estudos dos históricos contemporâneos, encontra-se uma quarta e última etapa, herdeira direta das grandes e profundas transformações que 1968 trouxe para todos os *mecanismos de reprodução cultural da vida social moderna*, etapa na qual não existe nenhuma hegemonia historiográfica, mas, pelo contrário, há uma inédita situação de policensitismo na inovação e descobrimento de novas linhas de progresso da historiografia, situação que se prolonga até os nossos dias.

Se definirmos brevemente os traços característicos dessas quatro etapas principais, veremos que se trata de uma definição daqueles *elementos fundamentais* que permitem entender os distintos tipos de história que hoje compartilham o panorama historiográfico; os diferentes tipos de história que atualmente se desenvolvem não apenas na Alemanha, Itália ou França, mas sim e claramente em toda Europa, e igualmente no México, Peru ou em toda a América Latina, e também na Rússia, China ou Índia, ou seja, no mundo inteiro. Esses distintos modos de exercitar o cada vez mais complexo e apaixonante ofício de historiador, em seus diversos confrontos e complexas convergências ou espaços de coincidência, disputam permanentemente as preferências de todos aqueles que nos dedicamos à difícil empresa da musa Clio. Tentemos, então, nos aproximar com mais cuidado daqueles quatro momentos fundamentais do itinerário contemporâneo da historiografia recente⁴.

* * *

O ponto de partida da historiografia que genuinamente podemos chamar de *contemporânea* encontra-se, portanto, na conjuntura de 1848 a 1870, em que se dá o nascimento e a primeira afirmação do marxismo. O marxismo nasce entre 1848 e 1870 e se define, como alguma vez disse um importante marxista francês da época do auge do estruturalismo, como o momento do nascimento do continente “História” dentro do espectro das ciências humanas, como o início do moderno projeto de fundação e abertura de uma verdadeira ciência da história⁵. Em relação às origens dos traços

4. Para uma fundamentação maior desta periodização, que irá se justificar ao longo dos capítulos seguintes, o leitor pode recorrer também aos nossos seguintes ensaios: Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Rethinking Current Social Science: The Case of Historical Discourses in the History of Modernity”, 2000; “Il 1968 e la Storiografia Occidentale”, 1998; e “La Storiografia Occidentale nel Duemila”, *Storiografia*, 2000.

5. Sobre esta ideia, ver Louis Althusser, *La Revolución Teórica de Marx*, 1975. Também o ensaio de Reinhart Koselleck, “Le concept d’histoire”, incluído

atuais dos estudos históricos do século xx, isso significa que o projeto crítico de Marx e Engels é, na verdade, o momento em que a história deixa esta longuíssima etapa dentro da qual viveu durante séculos e até mesmo milênios confundindo-se sem muito conflito com o mito, a lenda e o mundo da ficção e da literatura, para passar, por fim, ao esforço de constituir-se numa verdadeira “empresa racional de análise”.

Assim, do simbólico ano de 1848 e do concomitante desenvolvimento do projeto crítico de Marx data também a constituição de uma verdadeira *ciência da história*, cujo objeto de estudo será a reconstrução crítica das diversas curvas evolutivas percorridas pelas sociedades humanas dentro do vastíssimo arco temporal no qual elas existiram. Um momento de fundação de uma nova ciência ou de abertura de um novo espaço dentro do sistema de saberes científicos contemporâneos, que inaugura ao mesmo tempo esta história particular da historiografia no “longo século xx historiográfico” que corre desde 1848 até hoje, ou seja, da historiografia que, de forma mais precisa e rigorosa, podemos realmente chamar de *historiografia contemporânea*.

E não resta a menor dúvida de que sem a consideração do marxismo dificilmente poderíamos compreender o que são os estudos históricos do século xx e da atualidade. Apesar das visões desenhadas pós-modernas, da virada da opinião pública e, inclusive, da mudança de sensibilidade ocorrida em todo o mundo em que amplos setores da intelectualidade outrora críticos passaram de posições de esquerda, que tanta força e solidez tiveram nos anos de 1960 e de 1970, a posições conservadoras e de renúncia características nos anos de 1980 e de 1990, é notável a impossibilidade de

em seu livro *L'expérience de l'histoire*, 1997; e “Uma História dos Conceitos: Problemas Teóricos e Práticos”, 1992.

6. Tal e como defende Marc Bloch em seu belo livro inacabado *Apologia para la Historia o el Oficio de Historiador*, 1996.

7. Sobre a vigência do marxismo atualmente e sobre sua história durante o século xx, ver Immanuel Wallerstein, “El Marxismo después de la Caída del Comunismo”, 1995; e Bolívar Echeverría, *Las Ilusiones de la Modernidad*, 1995.

entender os estudos históricos de hoje sem considerar a influência e os ecos que o marxismo teve sobre toda a história da historiografia desde 1848 até o presente⁸.

Isso se torna ainda mais evidente se pensamos, por exemplo, em todas as correntes historiográficas declaradamente *marxistas*, que são fundamentais nos estudos históricos, como a corrente da revista *Past and Present* de Eric Hobsbawm e todo seu grupo de marxistas tradicionais, ou também a obra de E. P. Thompson e de Perry Anderson e as contribuições da revista *New Left Review*, ou então a historiografia socialista e crítica de Raphael Samuel e de sua *History Workshop*. O mesmo ocorre com autores como Pierre Vilar ou Immanuel Wallerstein⁹, que são declaradamente marxistas mesmo sendo capazes de incorporar em suas distintas contribuições históricas e historiográficas os mais interessantes estudos e análises de outras perspectivas ou horizontes intelectuais. É também o caso de complexos e interessante de certos historiadores que na origem de sua formação tiveram um forte estigma marxista e posteriormente mesclaram outros elementos para produzir obras e resultados historiográficos tão originais e interessantes como são os trabalhos históricos e os ensaios metodológicos dos principais representantes

8. Sobre esta importância do marxismo para a história, ver Carlos Antonio Aguirre Rojas, “El Problema de la Historia en la Concepción de Marx y Engels”, 1983; “Economía, Escasez y Sesgo Productivista”, 1991; “Feudalismo”, 1999; e “Marx e a História”, 2003.

9. É interessante comprovar como certos autores, como os mencionados Pierre Vilar ou Immanuel Wallerstein, conseguiram combinar de uma maneira muito criativa e singular as contribuições desta perspectiva crítica do marxismo com as contribuições essenciais da corrente francesa dos *Annales*. Pode-se até mesmo falar de todo um grupo de “marxistas-annalistas” que, depois da virada radical que viveram os *Annales* franceses como consequência da revolução de 1968, foram os que realmente mantiveram viva a herança crítica fundamental de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Sobre este ponto, ver nossos livros *Os Annales e a Historiografia Francesa. Tradições Críticas de Marc Bloch a Michel Foucault; La Escuela de los Annales. Ayr, Hoy, Mañana, op. cit.*; e nosso artigo “Annali i Marxism. Diesit Tesisov a metodologicheskij paradigmaj”, 1993.

da atualmente célebre *microstoria italiana*, como os agudos e inovadores textos de Carlo Ginzburg ou de Giovanni Levi, entre outros¹⁰.

E não deixa de ser também o caso de toda a vasta gama de histórias e de correntes historiográficas que alguma vez pretendiram desenvolver-se sob o nome de marxismo, como foi o caso das historiografias soviética, polaca, húngara, romana, e também chinesa, albanesa, cubana e vietnamita, ou seja, todo esse conjunto diversificado e multifacetado das distintas historiografias dos países do chamado mundo "socialista", afirmadas ao longo de todo o "breve ou pequeno século xx" histórico que corre de 1914-1917 a 1989.

Finalmente, devemos considerar também, neste vasto espectro de heranças e presenças do marxismo no seio da historiografia contemporânea, os resultados produzidos pelo enorme impacto da cosmovisão marxista sobre a historiografia mexicana e latino-americana nos anos de 1970 e 1980, somados a todos os distintos núcleos que, em todo o mundo capitalista e durante os períodos mencionados, mantiveram diferentes projetos e esforços historiográficos igualmente iluminados pela perspectiva de Marx e de seus vários discípulos. Pois, apesar do fato de que tal impacto pareceu debilitar-se e distanciar-se após 1989, para ressurgir durante o último quinquênio recém transcorrido, não há dúvida de que hoje, em 2004, a presença de Marx e do marxismo nos estudos históricos mais contemporâneos continua sendo um componente fundamental e imprescindível da paisagem mundial desta mesma historiografia atual¹¹.

10. Este forte vínculo intelectual da micro-história italiana com o marxismo nos lembra de imediato a interessante tese de Jean-Paul Sartre, que defendeu o marxismo como "o horizonte insuperável da nossa própria época" em seu ensaio "Cuestiones del Método", incluído em sua *Crítica de la Razón Dialéctica*, 1970. Sobre este fundamental vínculo entre a micro-história italiana e o marxismo, ver nosso ensaio "Contribución a la Historia de la Microhistoria Italiana", 2003.

11. Vale a pena insistir no fato de que várias das correntes historiográficas mais importantes atualmente são declaradamente marxistas, como é o caso dos historiadores marxistas britânicos tanto de *Past and Present* como da *New Left Review*, ou possuem uma clara origem marxista, como no caso da micro-

O marxismo dominou, portanto, profunda e radicalmente, toda a historiografia latino-americana posterior a 1968¹², e é por isso que, sem considerar este componente marxista e as múltiplas tradições e escolas que ajudou a criar – todas derivadas daquele *momento fundacional* do moderno projeto de construção de uma ciência da história –, não é possível entender adequadamente o complexo panorama historiográfico mais contemporâneo.

Vale lembrar que a data dessa arrancada do moderno projeto de constituição de uma ciência histórica – consequentemente, dos perfis da historiografia hoje vigente – está associada às revoluções europeias de 1848 e ao nascimento do marxismo e, como é óbvio, tal relação não tem nada de casual. Porque, como já nos referimos anteriormente, 1848 é a data que simboliza o *ponto histórico* crucial que *mudou o sentido* da curva global e secular da modernidade, o momento em que se esgota a longa fase *ascendente* da modernidade, iniciada no século xvi, para dar lugar à linha *descendente* da mesma modernidade, linha esta que se estende da conjuntura de 1848-1870 até hoje. O que significa, então, que toda a historiografia contemporânea se desenvolveu em seus distintos momentos dentro do horizonte dessa *linha descendente* da modernidade e, portanto, num espaço marcado pela possibilidade de avançar num sentido *crítico*, numa direção oposta à concepção tradicional que foi dominante durante a fase ascendente desta mesma modernidade de burguesa e capitalista¹³.

-história italiana ou da história radical estadunidense. E é também o caso de perspectivas que, provenientes de outras disciplinas sociais, como a sociologia, têm presença e impacto centrais na historiografia mundial atual, por exemplo, a perspectiva do "world-system analysis" de Immanuel Wallerstein. Sobre esta última, ver nosso livro: Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Immanuel Wallerstein. Crítica del Sistema-mundo Capitalista*, 2003.

12. Sobre este ponto, ver nosso ensaio "El 'Largo Siglo xx' de la Historiografía Latinoamericana Contemporánea: 1870-¿2025?", 2001.

13. Desenvolvemos mais profundamente esta ideia em nosso ensaio "Convergencias y Divergencias entre los Annales de 1929 a 1968 y el Marxismo. Ensayo de Balance Global", 1993.

É precisamente essa virada fundamental do longo ciclo vital da modernidade – cujo clímax se dá na conjuntura de 1848-1870 – que explica tanto este complexo processo do *nascimento* do marxismo – expressão *negativo-crítica* dessa mesma modernidade – quanto o projeto de superação crítica dos discursos históricos anteriormente dominantes, já caracterizados antes, junto às correspondentes formas de conceber a história que estes discursos seguem. E, a partir de tudo isso, explica o esforço de edificação inicial e simultânea desse projeto ainda vigente e em curso de construção de uma verdadeira perspectiva *científica* para os estudos históricos.

É neste exato sentido que se deve entender a crítica sistemática das principais variantes da antiga abordagem sobre história; ou seja, crítica tanto de toda possível filosofia da história – que encontrou seu primeiro expoente sistemático, e não casualmente, no próprio marxismo – quanto de todos os discursos históricos antes amplamente difundidos, seja como discursos narrativos e empiristas, seja como discursos míticos ou legendários sobre a história, igualmente desconstruídos e transcendidos por este mesmo marxismo. Porque é justamente a partir deste ponto de vista que o marxismo coloca os cimentos de *todos os ulteriores projetos* modernos de construção de uma ciência da história.

Isso explica, em nossa opinião, o fato claro, mas não suficientemente recordado, de que muitas das contribuições essenciais deste marxismo original da segunda metade do século XIX se converteram atualmente em espécies de “lugares-comuns” amplamente aceitos por quase todo o grêmio de seguidores e cultores de Clio, passando a formar parte de um determinado consenso implícito assumido pela imensa maioria das correntes historiográficas atuais, com a única exceção, talvez, da velha e atrasada história *positivista*. Por que afirmar que a história é uma ciência, e não apenas uma simples arte, e distinguir nitidamente seu estatuto como ciência *social* frente às muito diversificadas ciências naturais, são duas contribuições maiores que nos remetem diretamente às realizações de Karl Marx.

Outros horizontes que igualmente derivam da contribuição original do marxismo fundador ou inicial são a ideia de que a história

deve primar pelos fatos reais – ou seja, que deve ser uma história *materialista* –, para além das concepções e das fantasias de seus atores e protagonistas, e a tese de que a história é feita pelos grandes grupos e classes sociais e não pelos grandes caudilhos e “heróis”, por mais importantes que estes sejam – ou seja, que a história é sempre uma história profundamente *social*. E também a ideia de que a história deve ser um exercício permanente da consciência *crítica*, ou a centralidade dos distintos fatos e dimensões *econômicos* na vida social em geral, junto à reivindicação da história como história *total* ou *global*, vista, além disso, como um processo gerado a partir das contradições do processo humano e, em consequência, também de uma maneira *dialética*. Todas essas são perspectivas que foram originalmente desenvolvidas e postuladas por Marx há mais de cem anos e que agora são amplamente aceitas, aplicadas, assumidas e reivindicadas pelas mais diferentes e inclusive heterogêneas posturas e correntes da historiografia mais contemporânea.

E, do mesmo modo que o marxismo em geral, como cosmologia de mundo e como doutrina seguida por diversos movimentos políticos e sociais, mas também como distintas correntes e tendências intelectuais em todo o vasto campo das ciências sociais, sofreu um complexo processo de *pluralização* e de *readaptação* às mais heterogêneas e incongruentes experiências e circunstâncias – que vão desde sua conversão em ideologia dominante e sua redução a um conjunto de dogmas simplificados até sua real recuperação crítica e sua profundidade criativa e inovadora –, da mesma forma as historiografias que se reclamaram como “marxistas” ao longo do percurso da historiografia do século XX cobriram igualmente um variado e diversificado leque de possibilidades, que vão desde exercícios muito sofisticados e intelectualmente bem elaborados (como, por exemplo, o caso da Escola de Frankfurt), ou esforços de último nível que alimentam sempre as linhas e perspectivas críticas e marginais da historiografia (como os trabalhos já mencionados de Immanuel Wallerstein), até elementares aplicações de um marxismo simplificado e inclusive “vulgar”, que reduzem a complexa visão

do marxismo a um conjunto de fórmulas de “manual” e produzem trabalhos muito esquemáticos e pouco originais¹⁴.

Passemos então ao segundo momento, constituído depois de 1870 em torno à progressiva afirmação de uma primeira hegemonia historiográfica, a hegemonia do universo de língua germânica. Uma hegemonia que, ao condensar numa proposta historiográfica coerente todos os progressos realizados pelos estudos históricos entre a Revolução Francesa de 1789 e a conjuntura de 1848-1870, representará, em certa medida, uma espécie de *regressão* em relação ao momento fundador explicado até agora.

* * *

Com a derrota da Comuna de Paris, em 1871, encerra-se a conjuntura revolucionária de onde havia nascido o marxismo, dando início a uma nova etapa da história europeia, marcada pela exacerbação dos nacionalismos e pela emergência de uma espécie de “contraofensiva” intelectual contra os movimentos críticos e as posturas intelectuais de contestação. Em consonância com esse processo, a nova hegemonia historiográfica constituída dentro do espaço da cultura germânica alimentará uma visão dos fatos históricos que pretende ser exageradamente “objetivista”, ao mesmo tempo que se volta a funções de educação cívica e nacionalista e se esquece um pouco das principais contribuições que haviam sido descobertas e conquistadas durante a conjuntura anterior¹⁵. E isso junto ao fato

14. Sobre estes múltiplos marxismos do século xx, ver Immanuel Wallerstein, “Braudel, los Annales y la Historiografía Contemporánea”, 1983; e Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Marxismo, Liberalismo y Expansión de la Economía-mundo Europea”, em *Para Comprender el Mundo Actual. Una Gramática de Larga Duración*, 2003.

15. Uma boa síntese das características deste modelo germânico de historiografia pode ser encontrada no livro de Francisco Vázquez García, *Estudios de Teoría y Metodología del Saber Histórico*, op. cit. Ver também Jülian Casanova, *La Historia Social y los Historiadores*, 1997; Gonzalo Pasamar, *La Historia Contemporánea. Aspectos Teóricos e Historiográficos*, 2000; e Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Itinerarios de la Historiografía del Siglo xx*, op. cit.

de que o marxismo, durante esta época, não penetrou na academia nem nos âmbitos universitários, permanecendo em grande medida vinculado aos movimentos sociais e políticos revolucionários da Europa daqueles tempos.

E então, nesse clima intelectual de signo inverso ao da conjuntura anterior de 1848-1870, prosperará o segundo ciclo da historiografia contemporânea, agora marcado pela emergência de um sistema em que uma nação, ou um espaço, ou uma área intelectual funciona como centro principal da inovação historiográfica e o resto das historiografias o imitam ou seguem mais ou menos de perto, formando as periferias ou semiperiferias deste mesmo centro. Ao observarmos a partir de uma perspectiva mais ampla, fica claro que entre 1870 e 1930, aproximadamente, foi quase sempre o mundo de língua germânica que exerceu hegemonia na historiografia europeia e mundial. Porque este espaço intelectual de língua alemã vai gerar, em nove de cada dez casos, as pesquisas, os temas, os debates e a historiografia que podemos considerar de vanguarda durante as últimas décadas do século XIX cronológico e começo do século XX. Já que é no seio das culturas alemã ou austríaca desta época que serão formadas, desenvolvidas e produzidas as principais contribuições dos autores mais importantes da historiografia mundial nas vésperas da Primeira Guerra Mundial e imediatamente depois dela.

Por isso, é completamente lógico que tenha sido no interior desta historiografia de língua germânica – detentora da hegemonia ou domínio historiográfico dentro dos estudos históricos entre 1870 e 1930 – onde se desenvolveu a conhecida e importante polémica sobre a *Methodenstreit* e na qual se interpretou toda discussão sobre as diferenças entre as ciências naturais e as ciências do espírito. E foi também neste universo cultural de matriz germânica onde prosperou o projeto da *Kulturgeschichte* e de outras linhas da então inovadora história social alemã e austríaca¹⁶. E também foi no seio desta historiografia da Alemanha e da Áustria que se afirmou e se

16. Sobre este ponto, ver o artigo de Gerhard Oestreich, “Le Origini della Storia Sociale in Germania”, 1997.

converteu como *modelo historiográfico dominante* a historiografia caracterizada pelo termo de história *positivista*, história que, dobrando-se como a forma mais difundida de exercer os ofícios de Clio, será imposta progressivamente a partir do universo germânico primeiramente a toda Europa e depois a todo o mundo.

Embora agora esteja claro que este termo não seja totalmente adequado devido ao amplo abuso de sua utilização e aos diferentes significados que lhes foram atribuídos, ainda é certo que a denotação de historiografia positivista adquiriu em todo o mundo um sentido importante, que podemos e devemos conservar no caso de assumirmos que ele se refere ao tipo de história originalmente alemã, convertida na *forma dominante da prática histórica* dentro das universidades europeias e de todo planeta durante o período já mencionado de 1870 a 1930, aproximadamente. Forma dominante que, ignorando os avanços representados pelo marxismo na possível construção de uma ciência histórica, retornou à absurda ideia de equiparar a história com as ciências naturais, para buscar uma impossível “objetividade” absoluta de seus resultados cognoscitivos mediante a redução de sua prática à simples dimensão *erudita* do trabalho do historiador¹⁷.

Esta historiografia dominante, que bem podemos denominar de rankeana ou positivista – mesmo reconhecendo que a obra do próprio Ranke, autor da “palavra de ordem” de “narrar os fatos tal e como aconteceram”, não se ajusta completamente ao que esta denominação implica – e que se estende essencialmente entre 1870 e 1929, era de alguma forma o resultado condensado ou a síntese de certos processos importantes ocorridos na historiografia europeia entre 1789 e 1870. Porque é bem sabido que pela primeira vez a Revolução Francesa de 1789 *democratizou* de maneira surpreendente o acesso a uma quantidade enorme de informações antes consideradas como “segredos de Estado”, informações que, a partir desta

17. Para uma caracterização dos enormes limites desta história positivista alemã e de suas divergências com o projeto da Kulturgeschichte, ver o interessante artigo de Henry Pirenne, “Una Polémica Histórica en Alemania”, 2004.

data, passam a ser uma das principais e habituais fontes dos historiadores, uma das matérias-primas básicas nas quais se apoia uma parte dos trabalhos da historiografia contemporânea.

Pois se antes de 1789 os arquivos de todos os Estados europeus são praticamente inacessíveis aos historiadores e a todos os cidadãos, depois dessa data os praticantes da história têm à sua disposição quase tudo que o tem a ver com a evolução e a informação relativa aos Estados e também com os departamentos e até mesmo com as paróquias. A Revolução Francesa de 1789, entre suas muitas e benéficas consequências, implicou também a imensa abertura de uma enxurrada realmente importante de nova informação, agora acessível à consulta e, sobretudo, ao trabalho dos historiadores, fato que explica que seja precisamente no século XIX quando se desenvolve, no mundo de língua germânica antes referido, o interessante projeto das *Monumenta Germaniae Historicae*, enquanto na França prospera uma proposta historiográfica como a de Augustin Thierry, que dedicou toda sua vida a compilar os documentos e escrever a história do Terceiro Estado.

A historiografia positivista – que se caracteriza, entre outros traços, por um culto fetichista e exagerado em relação ao texto¹⁸ – é uma história empobrecida, que reduz o trabalho do historiador à simples tarefa do *erudito* ou do *antiquário* ao considerar tais documentos escritos como a única e exclusiva fonte *legítima* do trabalho histórico, projetando, como definição e concepção do que é e do que deve ser a disciplina histórica, essa visão resultante, efetiva-

18. Como bem apontado por Lucien Febvre em seus *Combats pour l'histoire*, 1992. Neste sentido, não é uma casualidade que todas as correntes importantes da historiografia dos últimos cem anos tenham criticado, a partir de diferentes ângulos e horizontes, esta limitada história positivista e sua variante especificamente historicista, crítica que também encontramos em Walter Benjamin, Norbert Elias ou Michel Foucault, em diversos representantes da corrente dos *Annales*, nas múltiplas versões do marxismo crítico, ou nas perspectivas mais recentes da micro-história italiana, da “análise dos sistemas-mundos” ou da história dos conceitos alemã, entre muitos outros. Sobre a crítica destes diversos autores e correntes, ver nosso livro *Corrientes, Temas y Autores de la Historiografía del Siglo XX*, 2002.

mente, de um século inteiro de compilação de documentos, de um século de classificação, verificação da autenticidade e atualização desta informação que antes *não* era acessível aos historiadores.

Sem dúvida esta historiografia positivista, que condensa os grandes progressos alcançados pela *erudição histórica* durante o século XIX posterior à Revolução Francesa, mas que, simultaneamente, retrocede em relação à enorme revolução implicada pelo marxismo no campo da história, terá certas virtudes importantes vinculadas ao fato de que insiste na relevância de aprender o trabalho paciente de busca de fontes e distinguir fonte histórica de fonte literária, ensinando também os procedimentos habituais da crítica externa e crítica interna dos documentos e dos textos, e mostrando como diferenciar um documento verdadeiro de um falso. Lecionando, em suma, acerca de tudo que tem a ver com a dimensão *erudita* da história, essa história positivista rankeana alimentou também o conjunto dos âmbitos historiográficos e das historiografias nacionais das mais diversas partes do mundo¹⁹.

Porém, conforme já apontado por múltiplos autores, o limite desta historiografia positivista, dominante em termos gerais no período de 1870-1930, situa-se no fato de que é uma historiografia baseada num só tipo de fonte. E também no fato de que, no fundo, ela não passa de uma expressão resumida dos principais progressos conquistados pela história durante o século XIX – chamado de “século da história” – e, consequentemente, é um tipo de historiografia

19. O manual que condensa essas contribuições, dentro do horizonte francês, será o livro de C. V. Langlois e C. Seignobos, *Introducción a los Estudios Históricos*, 1972. Sem dúvida alguma, uma das importantes razões da longa sobrevivência e resistente difusão mediante os sistemas escolares de todo o mundo deste tipo de história positivista decimonônica está em seu claro caráter inofensivo e acrítico frente aos poderes dominantes, funcionando como a geradora principal das histórias oficiais, sempre gloriosas e sempre mentirosas e falsas. Um exemplo de crítica aos mitos falsos e aos “esquecimentos estratégicos” construídos e alimentados por esta história positivista, logo transfigurada em história oficial, pode ser encontrado em nosso livro *Mitos y Olvidos de la Historia Oficial de México*, 2004.

estritamente novecentista, que, no entanto, sobreviveu a si mesma para integrar a historiografia do século XX como um componente absolutamente anacrônico, mas ainda presente.

E assim como o marxismo, desenvolvido no século XIX cronológico, é na verdade uma *anticipação* clara de muitos dos traços mais profundos da historiografia do século XX, de forma análoga a história positivista funcionará como essa espécie de “anacronismo” ainda sobrevivente ao longo de todo o último centenário cronológico de vida dos estudos históricos contemporâneos. O que explica também que essa história positivista, em sua esforçada busca de uma estrita e no limite impossível “objetividade” absoluta frente aos fatos históricos, tenha desembocado numa clara renúncia a toda dimensão *interpretativa e explicativa* da ciência histórica, dimensão que, em contraste, havia sido destacada como central pelo projeto marxista da conjuntura anterior já analisada, para se converter posteriormente num dos traços mais característicos de todas as diversas correntes historiográficas do último século vivido.

E foram estas, entre muitas outras, as limitações que, já dentro da mesma etapa de 1870-1930, suscitaram as críticas mais radicais contra essa visão positivista da história, tanto no próprio universo de língua germânica quanto fora dele. Pois é bem conhecida, por exemplo, a dura crítica que Lucien Febvre e todo o grupo dos “primeiros *Annales*” realizaram contra a célebre afirmação que aparece no tão difundido manual francês de Langlois e Seignobos, publicado em 1898 e intitulado *Introdução aos Estudos Históricos*, quando enuncia solenemente: “A história se faz somente com textos, e um historiador sério jamais se atreveria a afirmar aquilo que não possa respaldar com um documento escrito”. Esta sentença, junto à ideia que dela se extrai – que hoje nos parece bastante infundada e absurda –, foi tomada seriamente durante a segunda metade do século XIX, de modo que a mesma se encontra na origem de uma distinção reconhecível por qualquer um como completamente obsoleta, mas que continua ainda sendo vigente e aplicada em nossas habituais concepções e ensinamentos históricos, a saber, a tradicional distinção entre a *história* e a *pré-história*.

Porque é bem sabido que o fato distintivo entre a história e a pré-história, e que marca o início da primeira, é justamente a invenção da escrita. De acordo com esta noção, ao carecer da escrita e, portanto, de textos e documentos escritos – que segundo esta atrasada concepção positivista são a matéria imprescindível do historiador –, essas sociedades anteriores à invenção da escrita *não podem* ser investigadas solidamente pelos seguidores de Clio, ficando reservado seu estudo aos antropólogos, aos arqueólogos ou aos etnólogos. E, portanto, essas sociedades *não* fariam parte da verdadeira história, mas somente daquela etapa prévia e ainda pouco desenvolvida que, de maneira depreciativa e condescendente, foi qualificada como A “pré-história” humana.

Os autores franceses positivistas antes mencionados assumiram tão radicalmente o valor da afirmação de que a história se faz exclusivamente com textos que chegaram a considerar seriamente a questão de saber o que acontecerá quando os historiadores descobrirem e interpretarem *todos* os documentos escritos que estão disponíveis, para responder enfaticamente e sem titubear que então se deveria acabar por completo o ofício do historiador. Para tranquilizar imediatamente seus leitores e os historiadores, afirmam que, felizmente, ainda restam milhares de documentos, textos e materiais nos arquivos de todo o mundo, suficientes para sustentar durante mais algumas centenas de anos o paciente e metucioso trabalho histórico em torno a tais documentos.

E igualmente, será essa história positivista que consagrará a absurda e ridícula ideia, ainda amplamente difundida dentro da corporação de historiadores, de que o objeto de estudo de nossa disciplina é “o estudo do passado humano”. Uma ideia que hoje nos parece totalmente carente de sentido, mas que em seu momento foi tenazmente defendida por esses historiadores positivistas, que na busca de uma suposta objetividade absoluta do conhecimento histórico rejeitavam completamente o estudo do “presente”, argumentando que sua iniludível proximidade impediria aos historiadores uma visão serena, tranquila, distante, neutra e, em consequência, “fria e objetiva” dos acontecimentos sociais e humanos estudados.

Visão criticada anteriormente pelo próprio Marx e, no século xx, por praticamente todas as correntes importantes da historiografia, mas que, no entanto, continua sendo defendida em certas ocasiões por alguns dos modernos admiradores do nosso ofício de historiadores.

Essa historiografia positivista é, então, a história que, baseando-se em uma só fonte, irá se concentrar, limitadamente, no estudo e na análise de apenas certas dimensões do tecido social, nos fatos biográficos, políticos, diplomáticos e militares do acontecer histórico humano. E também será, como foi já várias vezes indicado, uma história com uma função muito memorialística, muito nacionalista e até mesmo chauvinista, vinculando-se estreitamente com os interesses do Estado e com suas visões e objetivos gerais, para afirmar a função das histórias *oficiais* de preparar “bons cidadãos” e de reforçar neles a consciência nacional e patriótica.

Finalmente, essa mesma história, que dominou o ensino da disciplina histórica nas principais universidades europeias e de todo mundo durante as últimas décadas do século xix e o primeiro quarto do século xx, tem sido também uma história muito descritiva, narrativa, erudita e fechada em suas próprias e limitadas visões dos problemas sociais e históricos²⁰. O que explica as aparentemente estranhas transições que presenciamos nos últimos tempos dentro do grêmio dos historiadores, em que certos defensores extremados

20. Em outras palavras, essa história positivista, logo convertida em história oficial, sempre “gloriosa” e autolegítima, que tem sido criticada por todos os autores importantes inscritos nas múltiplas tradições da historiografia genuinamente crítica do século xx. Mencionemos, a título de meros possíveis exemplos, a crítica de Michel Foucault a esta história falsamente heroica, grandiosa e monumental, contra a qual ele se manifestará através da “contra-história” e da “contramemória” críticas, derivadas de seu enfoque arqueológico-genealógico, por exemplo, em seu livro *Genealogia del Racismo*, 1992; ou a crítica radical de Walter Benjamin ao positivismo e historicismo historiográficos contida em suas brilhantes “Tesis sobre la Filosofía de la Historia”, em seu livro *La Dialéctica en Suspense. Fragmentos sobre la Historia*, 1996; ou também a crítica de Norbert Elias, na introdução a seu livro *La Sociedad Cortesana*, 1982.

da historiografia positivista passam, num trânsito radical e brutal, à defesa dos pontos de vista do pós-modernismo na história. Transição radical apenas na aparência, pois no fundo se trata de uma mudança bastante lógica, já que tanto o empirismo e o objetivismo desmenturados dos positivistas quanto o logocentrismo absurdo dos pós-modernos em torno à dimensão discursiva do trabalho histórico apoiam-se ambos na *mesma incapacidade* de reconhecer e reconstruir de forma equilibrada a complexa dialética entre realidade e interpretação, entre o trabalho de estabelecimento dos fatos reais e verdadeiros e a imprescindível necessidade de sua explicação coerente e racional a partir de sólidos modelos interpretativos destes mesmos fatos.

Contudo, isso não elimina a noção de que seria impossível entender a paisagem dos estudos históricos atuais sem levar em consideração a pequena, porém decisiva, contribuição desta historiografia positivista. Pois claro está que não pode haver história sem *erudição*, mesmo sendo também evidente que a história *não se reduz* nunca à sua condição erudita, e que, para alcançá-la, é necessário transcender a simples condição de “antiquário” ou de amante e colecionador de “curiosidades do passado”, tal como nos revelaram reiteradamente todos os historiadores críticos e mais avançados que existiram desde princípios do século xx cronológico até hoje²¹.

Deve ficar claro que, ao caracterizar a história positivista, referimo-nos exclusivamente ao que foi a linha *dominante* dentro desta historiografia de língua germânica. Porque é também bem conhecido o fato de que, entre 1870 e 1930, surgiu nesse mesmo universo de matriz cultural germânica todo um conjunto complexo e diverso de *outras* posturas historiográficas e de outras tradições intelectuais dentro da história, como é o caso da historiografia marxista de autores como Karl Kautsky, Heinrich Cunow, Otto Bauer etc., ou, em outra vertente, o caso da historiografia acadêmica crítica de Max Weber, de Alfred Weber, ou de Karl Lamprecht, entre outros.

21. Ver Henri Pirenne, “¿Qué es lo que los Historiadores Estamos Tratando de Hacer?”, *Estabones*, 1994; e também Henri Berr, *La Síntesis en Historia*, 1961.

Há também os casos dos interessantes debates e das agudas polémicas sobre questões tão centrais como a da “compreensão” em história (o tema da *Verstehen*), ou sobre a especificidade e o estatuto especial das “ciências da cultura” de W. Dilthey, de G. Simmel, de Rickert etc. E mesmo que todos esses casos se constituam sempre como linhas *marginais* frente à variante positivista de matriz rankeana, evidentemente não é possível compreender adequadamente a hegemonia de idioma germânico sem considerar também essas ricas e estimulantes contribuições historiográficas provenientes das linhas marginais e críticas do universo alemão e austríaco daquela época²².

Entretanto, e apesar de ter sido capaz de afirmar durante aproximadamente seis décadas sua hegemonia historiográfica sobre Europa e sobre o Ocidente – isto é; entre 1870 e 1930 –, a Alemanha perde a guerra de 1914-1918, para depois padecer a mais difícil tragédia de sua história, que foi o duro e terrível capítulo do processo da ascensão do governo nazista. Este trágico capítulo da história recente da Alemanha nos mostra de maneira clara tudo o que as ditaduras políticas de direita no poder são capazes de fazer, por exemplo, no âmbito da cultura. Pois essa historiografia hegemônica da região de idioma germânico acabou sendo derrubada e se dissolvendo sob os golpes sucessivos da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, sob o clima racista, anti-intelectual e irracional criado pela ascensão do nazismo ao poder.

Posteriormente, com a conclusão da Segunda Guerra Mundial, a cultura alemã sofreu um golpe do qual não se repôs completamente sequer na atualidade. Pois os historiadores e científicos sociais alemães ainda não conseguem processar e assimilar intelectualmente o que representou esse fenômeno do nazismo na história da nação e do povo alemães, discutindo até o momento se tal fenômeno é simplesmente uma “anomalia” ou “exceção perversa”

22. Para mencionar apenas um exemplo já referido anteriormente, recordemos os interessantes trabalhos de Norbert Elias, *El Proceso de la Civilización e La Sociedad Cortesana*. Sobre este ponto, ver nosso ensaio “Norbert Elias, Historiador y Crítico de la Modernidad”, 1997.

de seu desenvolvimento histórico, ou se está conectado de alguma forma com os elementos mais resistentes ou definitivos deste mesmo grupo humano que habitou durante séculos o que hoje conhecemos como Alemanha.

É vale a pena destacar que esta hegemonia, exercida pelo mundo de língua germânica durante décadas no âmbito da história, parece ser muito mais ampla, projetando-se em geral a todo o universo das ciências sociais e inclusive ao das humanidades e das artes daquele tempo. Uma hegemonia dentro de toda a cultura de estudo sobre o âmbito social-humano, que explicaria o forte surgimento e irradiação, sempre dentro deste mundo de cultura germânica, do complexo projeto da psicanálise impulsionado por Sigmund Freud, bem como os desenvolvimentos e descobrimentos do Círculo de Viena e da obra de Ludwig Wittgenstein, junto a todas as contribuições contidas nos trabalhos da importante Escola de Frankfurt e às evoluções da sociologia crítica que inclui um vasto leque de autores que abarca Ferdinand Tönnies, Max Weber, Georg Simmel, Karl Mannheim ou Norbert Elias, entre tantos outros. E isso ao lado da literatura de Robert Musil e de Thomas Mann, ou também do teatro de Bertold Brecht, ou seja, de toda essa enorme riqueza da cultura alemã e austríaca que não deixa de nos surpreender atualmente.

Uma terceira etapa do percurso global da historiografia do século xx se derivará diretamente da mencionada crise do segundo momento deste itinerário, uma vez que depois dos golpes sucessivos sofridos pela cultura e historiografia de matriz germânica irá se construindo uma *segunda hegemonia historiográfica forte* dentro do espaço europeu e ocidental. Se procuramos determinar qual é a nação ou o espaço intelectual que domina a paisagem historiográfica em 1950, veremos que, uma vez mais, nove entre cada dez casos, os autores mais inovadores e mais relevantes da historiografia destes tempos são historiadores de língua francesa. Pois é justamente a França que agora se torna *hegemônica* em termos de cultura das

ciências sociais e, com isso, da história que se escreve e se ensina majoritariamente nas universidades da Europa e de grande parte do mundo.

Essa nova hegemonia historiográfica será constituída através do complexo projeto de uma verdadeira "revolução na teoria e na prática da história", levado a cabo pela então jovem corrente dos *Annales*. De fato, os *Annales* franceses dominarão o quadro historiográfico entre 1929 e 1968 aproximadamente²³. E o farão a partir de um projeto que se constitui como o *contraponto perfeito* da historiografia positivista dominante antes referida. Não só porque os *Annales* criticarão frontalmente essa história rankeana, mas também porque, frente a essa história concentrada apenas no militar, biográfico, político e diplomático, a nova perspectiva annalista irá propor a construção de uma história totalizante, que abarque claramente todo o tecido social em seu conjunto. E, portanto, em vez de estudar somente os grandes homens e as grandes batalhas e tratados representados pelos fatos "ressonantes" da história, os historiadores annalistas começarão a estudar as civilizações, as estruturas econômicas e as classes sociais, as crenças coletivas populares ou o moderno capitalismo, e tudo isso a partir de várias e novas abordagens analíticas e epistemológicas radicalmente distintas aos limitados horizontes da história tradicional, positivista e oficial.

23. Sobre a história desta corrente dos *Annales*, ver François Dosse, *La Historia en Migajas*, 1988; Peter Burke, *La Revolución Historiográfica Francesa*, 1993; Gérard Mairret, *Le discours et l'historique*, 1974; Matthias Middell e Steffen Sammler, *Alles Gewordene hat Geschichte. Die Schule der Annales in ihren Texten*, 1994; Hervé Coutau-Bégarie, *Le phénomène nouvelle histoire*, 1989; Rosan Tazdel, *Sociologie historique des Annales*, 1998; Philippe Cerrard, *Poetics of the New History. French Historical Discourse from Braudel to Chartier*, 1995; Massimo Mastrogregori, *Il Genio dello Storico. Le Considerazioni sulla Storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la Tradizione Metodologica Francese*, 1987; Lutz Rapahel, *Die Erben von Bloch und Febvre. Annales-Geschichtsschreibung und nouvelle histoire in Frankreich 1945-1980*, 1994; Traian Stoianovich, *French Historical Method. The Annales Paradigm*, 1976; Francisco Vázquez García, *Estudios de Teoría y Metodología del Saber Histórico*, op. cit.; e Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Os Annales e a Historiografia Francesa*, op. cit. e *L'histoire conquérante. Un regard sur l'historiographie française*, op. cit.

Diante da história positivista, que afirma que o objeto de estudo dos seguidores de Clio é o passado, ou melhor, somente o passado registrado em fontes escritas, os autores da corrente annalista reivindicarão a célebre definição de que o objeto do historiador é “todo vestígio humano existente em qualquer tempo” e, portanto, que a história é uma história global, cujas dimensões abarcam desde a mais distante pré-história até o mais atual presente, além de incluir em seus vastos domínios todas as diferentes manifestações do humano-social e do humano em toda complexa gama de realidades geográficas, territoriais, étnicas, antropológicas, tecnológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, artísticas etc.

Nesse sentido, esta história não pode limitar-se às fontes escritas para ser construída, mas tem necessariamente de propor como ponto de apoio uma extensa e diversificada multiplicidade de fontes, que inclui as específicas técnicas da dendrocronologia, ou a utilização crítica de todas as formas e figuras da iconografia, a análise do pólen ou a técnica do Carbono 14, entre tantas outras. Uma história audaz em relação ao uso de suas possíveis fontes, que também propõe *outra leitura e outro* olhar dos documentos e textos escritos, que “lê” e “interpreta” a contrapelo de si mesmos, tomando-os como testemunhos involuntários dos fatos que investiga e lendo-os de maneira densa, exaustiva e intensiva, para “forçá-los” a “dizer” muito mais do que eles pretendem nos contar.

Frente à história predominantemente narrativa, monográfica e descritiva contra a qual se confronta, o projeto dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale* irá propor, em contraste, uma história fundamentalmente interpretativa, problemática, comparativa e crítica. Ou seja, uma história que, jogando sistematicamente com os benefícios da aplicação do *método comparativo* dentro da história, consiga estabelecer permanentemente tanto a singularidade e especificidade dos fenômenos estudados, como seus elementos comuns e universais, perpassando assim a dialética complexa do particular e do geral dentro das grandes curvas evolutivas dos processos humanos analisados.

Será também uma história que, esforçando-se conscientemente em construir modelos gerais de explicação e forjando conceitos, teorias e hipóteses igualmente gerais, renuncia à ingênua e insusceptível busca de uma objetividade “absoluta” por parte do historiador. Pois em lugar desta busca ilusória, os *Annales* apresentarão o paradigma da *história problema*, afirmando que toda investigação histórica seria começa justamente pela delimitação do “questionário” ou da pesquisa a elucidar, o que determina em certa medida o próprio trabalho de erudição. Dado que “somente se encontra o que se procura” e que “os textos falam de acordo com o que se interroga”, então toda verdade histórica é forçosa e necessariamente uma verdade relativa, e isso implica que também todo resultado historiográfico é sempre suscetível a um aprofundamento, enriquecimento e, inclusive, até mesmo à revisão total e radical.

Ademais, esta história assume de forma crítica a temporalidade linear e simplista da história positivista anterior, propondo em seu lugar uma *decomposição articulada dos diferentes tempos e durações históricas* e reivindicando a perspectiva da análise dos problemas históricos a partir do ponto de vista da longa duração e a partir da explícita classificação de sua duração e temporalidade correspondentes. Uma história que desconfia por princípio das versões oficiais imperantes e que, construindo-se sempre à “contracorrente” de tais visões dominantes, segundo as palavras do próprio Fernand Braudel, adentra nos espaços da genuína história crítica, sempre deslocada e diferente, e sempre capaz de resgatar os passados vencidos ou subterrâneos igualmente presentes, mas que geralmente são ignorados e desdenhados pela história oficial²⁴.

Renovando então a historiografia das décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, a corrente francesa dos *Annales* modificará, como dissemos, a própria definição do objeto de estudo da ciência da história, bem como as noções sobre o que seriam suas fontes pertinentes, sobre as técnicas e os métodos que constituem suas

24. Desenvolvemos mais detalhadamente este argumento em nosso ensaio “Between Marx and Braudel: Making History, Knowing History”, 1992.

ferramentas mais habituais, e até mesmo sobre os temas ou campos de estudo passíveis de pesquisa por parte dos praticantes do ofício de historiador.

A partir destes horizontes específicos, ocorrerá na França, entre 1929 e 1968, a clara substituição da hegemonia historiográfica de língua germânica e a constituição de uma segunda hegemonia dentro dos estudos históricos europeus e mundiais, precisamente em torno desse projeto dos *Annales de História Econômica e Social* e logo dos *Annales. Economias. Sociedades. Civilizações*, dirigidos e impulsionados durante aqueles anos, sucessiva ou combinadamente segundo os diversos momentos, por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel.

Trata-se de um interessante e radical projeto de revolução dos estudos históricos então vigentes que, ao mesmo tempo que estabelecia e difundia a historiografia francesa como a historiografia *dominante* na Europa e no Ocidente, também abria e revolucionava os novos campos da história quantitativa e de séries históricas, da história das crenças coletivas e da sensibilidade popular, da história econômica dos preços, da tecnologia ou das formas da paisagem rural, da história demográfica ou da antropologia histórica, assim como da história da civilização material, da geografia histórica e até da “geo-história”, ou da história da vida cotidiana e de toda a estrutura social, entre outras.

Desta forma, desenvolvendo tanto esses novos paradigmas da história comparada, global, problematizante e de longa duração aos quais nos referimos brevemente, quanto seus modelos originais de interpretação sobre a sociedade feudal, o século XVI, as Reformas, ou o capitalismo, esta historiografia de matriz francesa e mediterrânea pôde determinar, entre 1929 e 1968, as linhas principais da inovação historiográfica, bem como os grandes debates, temas, evolução e campos principais dos historiadores da Europa e do mundo ocidental.

Portanto, em nossa opinião, é evidente o fato de que seria impossível entender as características atuais dos estudos históricos contemporâneos sem considerar todo o vasto conjunto de contri-

buições oferecidas por esta corrente francesa dos *Annales* durante suas duas primeiras etapas de vida, ou seja, durante os anos da direção coletiva de Marc Bloch e Lucien Febvre e posteriormente sob a condução de Fernand Braudel; contribuições que, diferentemente da ambígua e hoje superada “história das mentalidades” promovida pela terceira geração destes mesmos *Annales*, permanecem como moeda corrente de toda historiografia séria e à altura de nossos próprios tempos²⁵.

Finalmente, a quarta etapa do amplo percurso da historiografia do século XX abarcará o período que corre desde a revolução cultural de 1968 até a atualidade. Porque os profundos efeitos desta fundamental revolução cultural planetária de 1968 serão tão fortes que transformarão radicalmente todas as formas de geração e de reprodução da própria cultura em todas as sociedades contempo-

25. Isto explica o fato importante de que, apesar do tempo e conforme passam os anos, cresce cada vez mais o interesse dos historiadores em todo o mundo por obras como as de Marc Bloch ou de Fernand Braudel, que continuam sendo traduzidas aos mais diversos idiomas e que seguem atraindo e mantendo a atenção de todo o coletivo mundial de historiadores. Este fenômeno pode ser ilustrado, por exemplo, pelo fato de que existe há mais de dez anos uma “Associação Marc Bloch” que conta com membros em mais de dez países. Ou também, pelo fato de que a figura de Fernand Braudel tenha suscitado nos últimos quinze anos vários colóquios internacionais, entre os quais se destacam as cinco reuniões tituladas *Jornadas Braudelianas*, celebradas na cidade do México/México (Primeiras *Jornadas Braudelianas*), Paris/França (Segundas *Jornadas Braudelianas*), Sanova/Itália (Terceiras *Jornadas Braudelianas*), Waassenaar/Holanda (Quartas *Jornadas Braudelianas*) e Binghamton/Estados Unidos (Quintas *Jornadas Braudelianas*). Ver, sobre a Associação Marc Bloch, a série da revista *Cahiers Marc Bloch*, Paris, Ed. La Boutique de l'Histoire, que publicou cinco números entre 1993 e 1997, e também as atas publicadas destas *Jornadas Braudelianas*: *Primeiras Jornadas Braudelianas*, 1993; *Segundas Jornadas Braudelianas*, 1995; *Mediterâneo e Capitalismo. Journees Braudeliennes III*, 1997 e “Braudel and de u.s.: *Interlocuteurs valables?*”, 2001. Ver também nosso ensaio “Synchronisation et désynchronisation des mouvements historiques: un essai d'explication braudélienne de la rupture historique de 1989”, 1996; e o livro *Ensayos Braudelianos*, 2000.

râneas do mundo. E ao mudar na raiz as configurações culturais, modificarão igualmente todas as estruturas dos saberes e das ciências modernas, tanto naturais quanto sociais, assim como todo o sistema das artes e das humanidades até então vigente. E com tudo isso, logicamente, a disciplina ou ciência da história sofrerá modificações, dando fim à hegemonia francesa da corrente dos *Annales* e inaugurando uma nova situação para a história e para a historiografia que se estendeu durante os últimos 35 anos.

Após 1968 encerra-se, pois, o capítulo da hegemonia historiográfica francesa. A corrente francesa dos *Annales* entra então numa regressão importante, abandonando os campos da história econômica e social para submergir-se na confessionalmente ambígua e muito limitada "história das mentalidades". Embora durante um breve lapso essa história das mentalidades tenha se convertido numa efêmera *moda historiográfica* – alcançando certo êxito e difusão fora da França e da Europa –, rapidamente começará a ser criticada e superada pela imensa maioria dos historiadores sérios e críticos do mundo inteiro, deixando de ser praticada na França já desde o final dos anos de 1980 e claramente durante os anos de 1990.

Além disso, precisamente em 1968 se gestará de maneira direta a situação que atualmente domina a paisagem historiográfica. Porque durante os últimos sete quinquênios conformou-se o perfil que hoje os estudos históricos mundiais apresentam. De fato, 1968 constitui uma fratura definitiva em todas as formas de *reprodução cultural da vida moderna* e, sendo assim, uma transformação de longo alcance também do que é e deve ser todo o complexo universo do ofício de historiador e da prática histórica que o acompanha. Pois longe de ter sido uma simples e recorrente rebelião ou movimento estudantil efêmero, ou uma reedição do eterno conflito de gerações, 1968 representa uma verdadeira *revolução cultural* e mesmo civilizatória dos principais mecanismos e estruturas da reprodução cultural de toda a modernidade atual, tal e como havia

sido diagnosticado há um bom tempo por autores como Fernand Braudel ou Immanuel Wallerstein²⁶.

Portanto, depois do "acontecimento ruptura" de 1968, criou-se uma nova e inédita situação na qual, longe de se constituir uma nova hegemonia historiográfica planetária, ganhará espaço um novo modo de articulação e de interrelação entre as diversas historiografias nacionais de todo o mundo. Um novo modo que já *não* reproduz o esquema de um centro hegemônico e de múltiplos satélites que o imitam ou o seguem com maior ou menor independência, mas no qual se forma um esquema *policêntrico* muito menos hierarquizado e muito mais plural e diversificado em relação aos espaços de geração e de desenvolvimento das inovações historiográficas em curso. Uma situação multicêntrica radicalmente diferente das etapas anteriores da historiografia do século xx, que implica a inexistência de uma só historiografia dominante no mundo e a formação de toda uma série de *polos fortes* desta mesma historiografia mundial junto a vários *polos emergentes*. E tudo isso num contexto geral no qual as mais importantes obras de história desta época, ou os novos paradigmas metodológicos de nossa disciplina, ou novos campos, técnicas, métodos, conceitos e teorias da história são descobertos, inventados, gerados e reproduzidos em todos os cantos do vasto espaço da historiografia mundial atual.

Assim, no início cronológico do século xxi, não existe já uma só historiografia hegemônica e, no panorama dos estudos históricos mais contemporâneos, a criativa e inovadora tendência da *microstoria* italiana – com suas diversas variantes no campo da história cultural desenvolvida por Carlo Ginzburg, ou em suas vertentes como a história social, demográfica, econômica ou da família promovidas por Edoardo Grendi ou por Giovanni Levi – é tão

26. Sobre o profundo significado desta revolução cultural de 1968, ver Immanuel Wallerstein, "1968: Revolución en el Sistema-mundo. Tesis e Interrogantes", *Estudios Sociológicos*, 1989; Fernand Braudel, "Renacimiento, Reforma, 1968: Revoluciones Culturales de Larga Duración", 1993; François Dosse, "Mai 68: les effets de l'histoire sur l'Histoire", 1989; e Carlos Antonio Aguirre Rojas, "1968: La Gran Ruptura", 1993; e "Repensando el Movimiento de 1968", *op. cit.*

importante quanto o projeto esboçado de uma quarta geração da corrente dos *Annales*, assim como os vários avanços das três subdivisões ou linhas compostas pela historiografia socialista britânica – nucleadas em torno de três revistas: *Past and Present*, *New Left Review* e *History Workshop* –, ou os trabalhos de Immanuel Wallerstein e, em geral, da perspectiva do *world-system analysis*, por mencionar somente os quatro “polos fortes” da historiografia mundial.

Igualmente importantes são agora, no mapa geral da historiografia planetária, os projetos dos vários possíveis “polos emergentes”, que se por um lado não têm uma presença tão difundida e tão forte como os polos fortes antes mencionados, por outro lado parecem conter uma riqueza potencial e uma dimensão de validade mais geral, sendo que, no futuro, *poderão* chegar a se converter em eventuais sucessores dos atuais polos fortes dos estudos históricos. Polos emergentes ou potenciais da historiografia mundial que incluem tanto a antropologia histórica russa e os chamados “estudos subalternos” hindus, como a nova história social e conceitual alemã e a história regional latino-americana²⁷. E tudo isso num contexto mais global onde estão também presentes projetos como o da psico-história anglo-saxônica, da história institucional portuguesa, da nova historiografia chinesa etc.

Desse modo, a partir de 1968, encerra-se o regime vigente desde 1870, aproximadamente, em que existia uma determinada hegemonia historiográfica dentro de um determinado espaço cultural ou nacional, dando lugar à criação desta nova e muito mais igualitária modalidade de funcionamento da historiografia, cuja consolidação assistimos atualmente. O fato de que hoje em dia ninguém é exclusivamente hegemônico dentro da historiografia contemporânea faz com que todos participem igualmente na construção e afirmação das diferentes formas e figuras da inovação historiográfica. O que, ademais, é facilitado pela situação de que este policentrismo den-

27. Sobre esta historiografia latino-americana recente, ver Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Métier d’Historien en Amérique Latine. Assimilation et rentissement d’un texte majeur”, 1997.

tro da historiografia parece estar acompanhado e sustentado por um muito mais amplo e importante processo de policentrismo que estaria ocorrendo também dentro de todo o âmbito da inovação cultural em geral. Um reflexo indireto deste processo é a força que vem ganhando nos últimos tempos todo discurso e todas as discussões em torno do chamado *multiculturalismo*, em todas suas possíveis expressões.

Além disso, tal policentrismo historiográfico e também cultural parece ser apenas a projeção, dentro do âmbito da cultura contemporânea, de um processo ainda mais amplo e geral, que parece nos remeter a mais um dos profundos significados deste corte simbólico representado pelos anos de 1968 e de 1972-1973. Porque depois de 1968-1973, acabou-se também quase *todo tipo de centralidade exclusiva e dominante* no seio das sociedades contemporâneas. E se acabou de uma forma global, que pôs em crise muitas das estruturas e modos de funcionamento da economia, da política e da sociedade das últimas três décadas.

Pois se antes de 1968 era praticamente consenso a ideia de que o sujeito social revolucionário por excelência era a classe trabalhadora, depois deste ano, em contraste e não por casualidade, ganharam vitalidade os debates sobre o papel dos novos movimentos sociais e dos novos sujeitos e atores sociais, que hoje não aceitariam de modo algum o papel de simples “aliados subordinados” da classe trabalhadora e que inclusive reclamam muitas vezes um protagonismo e um papel de vanguarda inimagináveis antes dessa ruptura radical de 1968. E se há quase cinquenta anos todos pensavam que era a classe trabalhadora que “iria ao paraíso”, agora todos os novos movimentos antissistêmicos discutem como organizar de uma maneira unificada e coerente o vastíssimo leque de grupos, sujeitos e movimentos que se orientam claramente em um sentido antipatalista e revolucionário da ordem atual.

Também é claro que, antes de 1968, as demandas de tipo econômico ou político eram predominantes na organização das manifestações e lutas levadas a cabo pelos movimentos sociais de contestação, enquanto atualmente essas demandas se diversificaram

enormemente, abarcando questões de gênero, ecologia, discriminação étnica e racial, paz e guerra, situação estudantil e educacional, bem como de diversidade sexual ou cultural, de direitos humanos, problemas urbanos ou territoriais, ou então questões de autonomia e de autogoverno, entre tantas outras. Pois hoje *todos* os níveis da vida social e das relações humanas têm sido revisados e criticados, e todos se politizaram e se converteram em demandas e exigências dos mais diferentes movimentos sociais de contestação antissistêmica.

Também antes de 1968 sabíamos que havia uma economia dominante no seio da economia ocidental e em parte mundial, que era a economia estadunidense; no entanto, depois da crucial crise econômica mundial de 1972-1973 e da derrota dos Estados Unidos no Vietnã, tal dominação começou a declinar, lenta porém inexoravelmente, para passar também neste âmbito à uma nova situação mais policêntrica de feroz competição entre Japão, Europa ocidental e Estados Unidos por mercados de todo o mundo e pelo domínio geopolítico mundial; situação que, depois de 11 de setembro de 2001, exacerbou-se de uma forma dramática e evidente para todos.

A partir desses elementos, pareceria que estamos entrando numa situação policêntrica em todos os âmbitos. Immanuel Wallerstein caracterizou tal situação como uma crise *terminal* do atual sistema histórico capitalista, como uma clara situação de "bifurcação histórica"²⁸ que toda a humanidade estaria atravessando e que constituiria a antessala de uma mudança social e histórica tão monumental capaz de provocar, portanto, a formação de *múltiplos novos padrões de funcionamento*, que evidentemente não se dariam apenas na historiografia e sequer exclusivamente em todo o espaço da cultura, mas sim no funcionamento social em sua totalidade.

Situação de bifurcação histórica ou de fim histórico global do atual capitalismo mundial que forma o contexto geral no qual deverão desenvolver-se os estudos históricos contemporâneos no futuro

28. Sobre este ponto, ver Immanuel Wallerstein, *Después del Liberalismo*, 1996; e também Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Immanuel Wallerstein. Crítica del Sistema-mundo Capitalista*, op. cit.

imediatamente. E isso a partir das heranças ainda vigentes do marxismo original e das linhas do marxismo genuinamente crítico, das contribuições da primeira e segunda gerações da corrente francesa dos *Annales*, na oposição radical e ainda necessária contra a limitada e empobrecida história positivista, mas também a partir dos descobrimentos e invenções científicas intelectuais que, agora mesmo e em todos os cantos de nosso cada vez menor planeta, estão sendo desenvolvidas e geradas pelos mais sérios, criativos e audazes historiadores críticos, historiadores que, por verdadeira vocação e de uma forma completamente livre e desinteressada, decidiram consagrar parte de seus cotidianos esforços ao cultivo e ao enriquecimento desta imensa e cada vez mais complexa casa governada pela musa Clío.